

# SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) TIPO 1



## SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



## TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

### 1

A Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, estabelece as normas gerais para a organização, o funcionamento e a fiscalização do regime de previdência complementar no Brasil, que é facultativo e autônomo em relação ao Regime Geral de Previdência Social.

A lei regula tanto as entidades abertas quanto as fechadas de previdência complementar, define os direitos e deveres dos participantes e patrocinadores, estabelece diretrizes de gestão, supervisão, e transparência, e visa assegurar a proteção dos benefícios previdenciários contratados pelos participantes.

Relacione os termos listados a seguir, estabelecidos na Lei Complementar nº 109/01, às respectivas definições.

I. Participante

II. Assistido

III. Contribuições extraordinárias

IV. Contribuições normais

( ) a pessoa física que aderir aos planos de benefícios.

( ) aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano.

( ) o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

( ) aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

(A) I – IV – III – II.

(B) II – III – I – IV.

(C) II – I – III – IV.

(D) IV – II – III – I.

(E) I – IV – II – III.

### 2

A Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021, estabelece as diretrizes para a prestação de serviços de auditoria independente às entidades fechadas de previdência complementar, especificando requisitos de contratação, atribuições e responsabilidades dos auditores.

A resolução almeja garantir a qualidade e a integridade dos serviços de auditoria, contribuindo para a transparência e a confiança nas informações financeiras das entidades, além de definir normas sobre a comunicação dos resultados da auditoria e outras providências relacionadas à governança dessas entidades.

Relacione os termos a seguir, estabelecidos na Resolução CNPC nº 44/2001, às respectivas definições.

I. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

II. Relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas entidades, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências.

III. Relatório para propósito específico no qual deve ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, assim como a governança da entidade, de acordo com as orientações a serem expedidas pela PREVIC.

( ) Deve conter uma opinião clara e objetiva sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação às normas contábeis aplicáveis.

( ) Deve conter comentários e plano de ação elaborados pela entidade para solucionar as inadequações apontadas, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas.

( ) É exigido apenas para as entidades classificadas pela PREVIC com base em critérios objetivos, que levem em consideração porte e relevância.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

(A) I – II – III.

(B) II – I – III.

(C) II – III – I.

(D) I – III – II.

(E) III – I – II.

---

**3**

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sob supervisão da PREVIC, realizou uma alocação significativa de recursos para investimentos menos líquidos, excedendo os limites estabelecidos em sua política de investimentos vigente e sem aprovação prévia formal para essa mudança estratégica.

Das seguintes afirmativas, sob a perspectiva de um auditor externo independente, assinale aquela que representa a principal preocupação em relação a essa situação.

- (A) A rentabilidade dos investimentos menos líquidos pode impactar positivamente as reservas do plano a longo prazo.
- (B) A diversificação da carteira de investimentos em ativos menos líquidos é uma prática recomendada para otimizar o retorno.
- (C) A PREVIC geralmente permite flexibilidade nas estratégias de investimento das EFPCs, desde que os participantes sejam devidamente comunicados.
- (D) O aumento da alocação em investimentos menos líquidos não representa um risco significativo, desde que a EFPC mantenha um acompanhamento constante desses ativos.
- (E) A ausência de aprovação prévia formal e o desalinhamento com a política de investimentos vigente indicam uma possível fragilidade nos controles internos e na governança da EFPC.

---

**4**

Durante auditoria externa independente nas demonstrações contábeis da Fundação Previdenciária Alfa, entidade fechada de previdência complementar classificada como entidade de interesse público e regulada pela PREVIC, a firma auditora identificou a necessidade de orientar o cliente sobre inconsistências em métodos de reconhecimento contábil de benefícios definidos. No entanto, também foi consultada informalmente para revisar e sugerir alterações no plano estratégico da entidade, o que poderia implicar riscos à sua independência.

Considerando a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, especialmente os itens que tratam da prestação de serviços que não são de asseguarção para entidades de interesse público, a atuação em consultoria da firma de auditoria será considerada adequada se estiver em conformidade com o seguinte critério:

- (A) limitada ao escopo da auditoria sem assumir responsabilidades da administração.
- (B) realizada com base em fatos obtidos durante auditoria e sem execução operacional.
- (C) que envolva recomendações amplas sobre governança e decisões estratégicas da entidade.
- (D) restrita à recomendação técnica de ajustes com base nas constatações do trabalho de auditoria.
- (E) acompanhada de aplicação da estrutura conceitual para ameaças não relacionadas à autorrevisão.

---

**5**

Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação Previdenciária Beta, que administra planos de Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV), e está sujeita à supervisão da PREVIC, o auditor independente avaliou a suficiência das provisões matemáticas e dos critérios atuariais aplicados, os quais exigiam conhecimento especializado. Além disso, a entidade demandou uma consultoria sobre a política de precificação dos ativos garantidores.

Considerando a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO e a NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, a conduta do auditor estará em conformidade com as normas profissionais se

- (A) a decisão sobre os critérios atuariais for compartilhada entre o auditor e o especialista contratado.
- (B) a determinação da precificação dos ativos for elaborada e implementada diretamente pelo auditor.
- (C) a recomendação sobre precificação de ativos for realizada em conjunto com a administração da entidade.
- (D) a recomendação da política de investimentos for feita com base em parecer emitido pelo especialista atuário.
- (E) a avaliação da política de precificação resultar de constatações da auditoria e o especialista atuar sob supervisão.

---

**6**

Durante auditoria independente, realizada em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), classificada como de porte relevante pela PREVIC, o auditor constatou as seguintes situações:

- O relatório de auditoria foi emitido com parecer individualizado por plano de benefício e pela consolidação geral.
- A EFPC não mantinha arquivados os relatórios e os documentos referentes aos exercícios de 2017 e 2018, sendo que o exercício auditado foi o de 2023.
- A entidade não elaborou o relatório para propósito específico previsto na Resolução CNPC nº 44/2021, sob a justificativa de não ser exigido para todos os portes.
- Foi detectada fraude relevante praticada por funcionários da entidade, não relacionados à diretoria executiva, a qual foi comunicada à PREVIC dentro do prazo regulamentar.

Com base na Resolução CNPC nº 44/2021, avalie se, nesse caso, estão corretos os seguintes itens:

- I. O auditor deve emitir parecer tanto sobre as demonstrações consolidadas quanto sobre cada plano de benefício individualmente, incluindo o plano de gestão administrativa.
- II. A ausência de arquivamento de relatórios e papéis de trabalho de auditorias dos exercícios de 2017 e 2018 configura descumprimento do prazo mínimo de guarda documental exigido.
- III. O relatório para propósito específico é obrigatório para todas as EFPCs, independentemente de seu porte ou classificação pela PREVIC.
- IV. A comunicação à PREVIC sobre fraude relevante cometida por funcionários da entidade, ainda que sem envolvimento da alta administração, deve ocorrer em até 10 dias úteis após o conhecimento do fato.
- V. A obrigação de comunicação de irregularidades à PREVIC é exclusiva da diretoria executiva da entidade, não recaindo sobre o auditor independente.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e IV, apenas.  
(B) II e III, apenas.  
(C) I, III e IV, apenas.  
(D) III e V, apenas.  
(E) I, II e V, apenas.

---

**7**

O Auditor, durante auditoria financeira independente em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), identificou um título classificado na categoria “mantido até o vencimento” com as seguintes características:

- valor de aquisição: R\$ 1.000.000,00;
- variação negativa permanente no valor justo reconhecida no exercício: R\$ 200.000,00;
- rendimento bruto acumulado desde a aquisição até a data de encerramento do exercício: R\$ 60.000,00;
- valor de mercado atual do título: R\$ 870.000,00.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 43/2021, especialmente o disposto no Art. 36 e seus parágrafos, o valor que deve ser utilizado como nova base de custo, para fins de registro contábil do título, é:

- (A) R\$ 800.000,00.  
(B) R\$ 860.000,00.  
(C) R\$ 870.000,00.  
(D) R\$ 940.000,00.  
(E) R\$ 1.000.000,00.

---

**8**

No curso de um trabalho de auditoria financeira externa e independente realizado em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor revisou os saldos registrados no ativo das Demonstrações Contábeis dos planos administrados, com foco na classificação dos recursos a receber e das aplicações financeiras. Para validar a correta contabilização e segregação patrimonial, foram associados os conceitos constantes da norma aos grupos patrimoniais auditados.

Relacione os termos estabelecidos no Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), a seguir apresentados, às respectivas definições:

- I. Gestão previdencial
  - II. Gestão administrativa
  - III. Investimentos
- ( ) São aplicações em ativos financeiros e outros direitos, classificados em títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos no exterior, investimentos em imóveis, operações com participantes e outros realizáveis.
- ( ) São recursos a receber relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das obrigações administrativas demandadas pelos planos de benefício, bem como para formação de fundo do PGA com o propósito de suprir possíveis resultados negativos, entre receitas e despesas administrativas.
- ( ) São recursos a receber relativos às contribuições, portabilidades e migrações para o plano de benefícios, antecipações, contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado, de equacionamento de déficit e outros realizáveis.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) III – II – I.
- (B) II – I – III.
- (C) I – III – II.
- (D) I – II – III.
- (E) III – I – II.

---

**9**

No curso dos trabalhos de auditoria externa independente, foi iniciado o processo de elaboração do relatório sobre as demonstrações contábeis de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) de médio porte.

Diante das características regulatórias específicas da entidade, o auditor considerou as diretrizes do CTA 08, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, para avaliação da base contábil aplicável e precisou avaliar se as seguintes afirmações estavam corretas.

- I. As EFPCs não seguem integralmente as normas contábeis emitidas pelo CFC, pois devem adotar práticas específicas estabelecidas pelo CNPC e PREVIC.
- II. A expressão correta a ser utilizada no parágrafo de opinião do relatório de auditoria de EFPCs é: “...práticas contábeis adotadas no Brasil”, pois assegura alinhamento com o padrão internacional de auditoria.
- III. A substituição da expressão padrão por “...práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)” é respaldada por precedente do CT 2/2010, referente a instituições financeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**10**

De acordo com a Resolução CNPC nº 43/2021, alterada pela Resolução CNPC nº 61/2024, os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria de uma entidade fechada de previdência complementar podem ser classificados como “títulos para negociação” ou “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” devem ser avaliados pelo

- (A) valor justo.
- (B) valor de resgate na data do balanço patrimonial.
- (C) custo de aquisição ajustado ao custo de recompra.
- (D) custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, que devem impactar o resultado do período.
- (E) custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos que devem impactar o patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período.

---

**11**

De acordo com a NBC PA 400– INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, a firma ou a firma em rede não deve assumir uma responsabilidade da administração por cliente de auditoria.

Em relação às atividades, avalie se os exemplos de atividades que seriam consideradas responsabilidade da administração incluem:

- I. estabelecer políticas e direcionamento estratégico.
- II. controlar ou administrar contas bancárias ou investimentos.
- III. direcionar e assumir a responsabilidade pelas ações dos empregados em relação às suas funções.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**12**

Em um processo sucessório, dois planos de benefícios previdenciários se juntaram, e um novo plano de benefício foi constituído, a partir dos direitos e das obrigações de ambos os planos.

Pode-se afirmar que houve uma operação de

- (A) fusão.
- (B) cisão.
- (C) consolidação.
- (D) incorporação.
- (E) transferência de gerenciamento.

---

**13**

Provisões Matemáticas referem-se a valores de compromissos com participantes, assistidos e beneficiários. São ofertadas diferentes modalidades, tais como benefício definido, contribuição definida e contribuição variável.

São planos que podem ser ofertados na modalidade de contribuição definida:

- (A) Provisões Matemáticas a Constituir (PMAC); Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC).
- (B) Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC); Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC).
- (C) Provisões Matemáticas a Constituir (PMAC); Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC).
- (D) Apenas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC).
- (E) Provisões Matemáticas a Constituir (PMAC); Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC); Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC).

---

**14**

Plano de Benefício Definido é aquele em que o benefício contratado é acordado na adesão do participante com base em valores prefixados ou em outros cálculos previsíveis em regulamento.

São características da modalidade do Plano de Benefício Definido (BD):

- (A) mutualismo e recálculo periódico em virtude da incerteza da contribuição necessária.
- (B) incerteza quanto ao valor do benefício e contas individuais não solidárias.
- (C) conta coletiva dos participantes e assistidos e incerteza quanto ao valor do benefício.
- (D) responsabilidade coletiva sobre déficits ou superávits e incerteza quanto ao valor do benefício.
- (E) plano em equilíbrio, não apresentando superávit ou déficit e benefícios definidos em regulamento, independentemente das variações das reservas.

---

**15**

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, incluída em 2010 como nova Resolução Contábil do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, surgiu após a gestão administrativa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) passar a ser separada dos planos previdenciais e assistenciais.

Em relação aos gastos administrativos das entidades, assinale a opção que apresenta corretamente itens de Custeio da Gestão Administrativa (GA).

- (A) Remuneração – Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores e Administração dos Planos Previdenciais.
- (B) Reembolso da Gestão Assistencial e Administração dos Planos Previdenciais.
- (C) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos e Tributos.
- (D) Reembolso da Gestão Assistencial e Administração da Gestão Assistencial – Despesas e Constituição/Reversão de Contingências.
- (E) Receitas Diretas e Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos.

---

**16**

A Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) tem por objetivo principal demonstrar a totalidade dos compromissos aos participantes de cada Plano de Benefícios.

A respeito dessa demonstração, é correto afirmar que

- (A) a parte inicial da DPT (item 1) é constituída dos Fundos Previdenciais e dos Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial.
- (B) o segundo item apresentado na DPT são as provisões técnicas constituídas de benefício concedido, benefício a conceder e provisões matemáticas a constituir.
- (C) o terceiro item constante na DPT se refere ao Equilíbrio Técnico em que estão os Resultados Realizados, Resultados a Realizar e Administração Assistencial.
- (D) na DPT, os subitens Gestão Previdencial e Investimentos – Gestão Previdencial são encontrados tanto no Exigível Operacional quanto no Exigível Contingencial.
- (E) o último item apresentado é o Exigível Operacional, que, somado aos itens: Fundos, Provisões Técnicas, Equilíbrio Técnico, Exigível Contingencial, respectivamente, formam a Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) por Plano de Benefícios.

---

**17**

Com base na Resolução CNPC nº 43/2021, avalie se a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC está autorizada a editar instruções complementares para a fiel execução do disposto nessa Resolução, inclusive:

- I. estabelecer procedimentos contábeis específicos das entidades;
- II. estruturar a planificação contábil padrão;
- III. estruturar as demonstrações contábeis a serem enviadas para a PREVIC, bem como disciplinar a forma, o meio e a periodicidade para o envio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**18**

Com base na NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, a respeito dos princípios da objetividade e da integridade, relacionados aos requisitos de independência aos quais as firmas de auditoria estão sujeitas em trabalhos realizados junto a uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), avalie os itens a seguir.

- I. Independência de pensamento – postura que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional, permitindo que o auditor da EFPC atue com integridade, objetividade e ceticismo profissional.
- II. A independência deve ser mantida durante todo o período de trabalho, que, no caso de uma auditoria em EFPC, corresponde ao intervalo entre o início da realização da auditoria sobre as demonstrações contábeis dos planos de benefícios administrados e a emissão do respectivo relatório de auditoria.
- III. Aparência de independência – evitar fatos e circunstâncias que sejam tão significativos a ponto de que um terceiro informado e prudente provavelmente concluiria que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional da firma, ou de membro da equipe que conduz a auditoria sobre as demonstrações contábeis dos planos de benefícios administrados, ficaram comprometidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**19**

Considere uma negociação entre o auditor independente e uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para fins de estabelecimento dos honorários. Conforme a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, essa negociação e o pagamento dos honorários pela EFPC ao auditor criam uma ameaça de interesse próprio e de intimidação à independência do auditor.

Assim, antes de a firma de auditoria aceitar um trabalho de auditoria ou qualquer outro trabalho para essa EFPC, ela deve determinar se as ameaças à independência, criadas pelos honorários propostos à EFPC, estão em nível aceitável.

Com base nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A determinação dos honorários a serem cobrados por serviços de auditoria ou outros serviços é uma decisão de negócio da EFPC que leva em consideração os fatos e as circunstâncias relevantes para o trabalho específico, incluindo os requisitos de normas técnicas e profissionais.
- (B) A firma de auditoria deve estabelecer salvaguardas no tratamento das ameaças criadas pelos honorários, como a avaliação da razoabilidade dos honorários propostos a essa EFPC por um revisor que não participa do trabalho de auditoria, o qual deve considerar o alcance e a complexidade do trabalho sobre as demonstrações contábeis dos planos de benefícios administrados por essa EFPC.
- (C) A firma de auditoria pode cobrar, direta ou indiretamente, honorários contingentes por serviço que não é de asseguarção prestado para essa EFPC, se os honorários são cobrados pela firma que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis dos planos de benefícios administrados pela EFPC, e esses honorários são relevantes, ou espera-se que sejam relevantes, para essa firma.
- (D) A firma de auditoria não deve permitir que os honorários de auditoria nessa EFPC sejam influenciados pela prestação de serviços que não são de auditoria para essa entidade, inclusive não pode levar em consideração as economias de custo obtidas resultantes da experiência derivada da prestação de serviços que não são de auditoria para essa EFPC.
- (E) O nível da ameaça de interesse próprio não é impactado pela proporção dos honorários cobrados pela firma de auditoria decorrente da prestação de serviços que não são de auditoria para essa EFPC, em decorrência de preocupações sobre perda potencial do trabalho de auditoria ou de outros serviços.



---

**20**

As provisões matemáticas de uma determinada EFPC foram constituídas com base em cálculos atuariais, utilizando premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, elaborados por atuários independentes contratados pela administração da EFPC.

Considerando esse contexto e que a avaliação atuarial é uma das especializações em área que não as de contabilidade ou auditoria, conforme previsto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, é correto afirmar que

- (A) como um especialista da administração foi usado na elaboração das demonstrações contábeis da EFPC, no que se refere às provisões matemáticas, o auditor deve fazer referência ao trabalho desse especialista em seu relatório de auditoria, mesmo que contenha opinião não modificada.
- (B) o auditor deve estabelecer acordo, por escrito, com o especialista da administração contratado para a elaboração das provisões matemáticas, contemplando a natureza, o alcance e os objetivos do trabalho desse especialista, as respectivas atribuições e responsabilidade do auditor e desse especialista, a natureza, a época e a extensão da comunicação entre o auditor e esse especialista, e a necessidade de o especialista observar requisitos de confidencialidade.
- (C) é irrelevante se a administração da EFPC pode exercer controle ou influência sobre o trabalho do especialista contratado por ela para a elaboração das provisões matemáticas, pois, em todos os casos, o auditor é obrigado a contratar um especialista seu em área que não as de contabilidade ou auditoria para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- (D) o uso de um especialista da administração em situações como para a elaboração das provisões matemáticas de uma EFPC aumenta os riscos de distorção relevante, pois indica ao auditor complexidade e que a administração não possui o conhecimento na área de especialização, independentemente dos controles internos relacionados ao trabalho desse especialista.
- (E) o auditor pode contratar pessoa ou organização para ajudá-lo a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada relacionada às provisões matemáticas da EFPC; esse especialista do auditor pode ser interno ou externo, sendo que, no caso de especialista externo, a avaliação da objetividade deve incluir a indagação sobre interesses e relações que podem criar uma ameaça à objetividade desse especialista.

---

**21**

Em relação aos procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e o registro e a avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme dispõe a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, e alterações posteriores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A entidade pode reclassificar os títulos públicos não vinculados a benefícios determinados atuarialmente de planos da modalidade de contribuição definida e contribuição variável classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” para categoria “títulos para negociação”, mediante estudo técnico aprovado pelo conselho deliberativo.
- (B) Os registros contábeis relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável devem ser efetuados com base no regime de competência, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- (C) A entidade pode registrar os títulos públicos federais na categoria “títulos mantidos até o vencimento” se atendidas as seguintes condições: (a) demonstrar que o plano de benefícios possui intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento; e (b) o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos.
- (D) O administrador responsável pelo plano de benefícios - ARPB da entidade deve manter atualizado o controle dos valores utilizados/destinados do fundo administrativo e prestar informações periódicas ao conselho deliberativo, a quem caberá, além do acompanhamento, registrar em seu relatório semestral a conformidade em relação às normas.
- (E) A entidade deve providenciar, a cada dois anos, pelo menos, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, e procedendo, se for o caso, aos ajustes necessários.

**22**

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, apresenta requerimentos relacionados à constituição e manutenção de fundos previdenciais, ao plano de custeio, à apuração dos resultados, à precificação de ativos e passivos, além de outras providências que devem ser observadas pelas EFPC.

No contexto da referida Resolução, assinale a afirmativa correta.

- (A) Observando a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação da fonte de custeio e de sua finalidade para a constituição de fundos previdenciais e para a manutenção dos já existentes, levando em consideração um evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.
- (B) Em relação aos planos de benefícios em extinção, o método de financiamento dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, em que a adoção do regime financeiro por capitalização seja obrigatória, deverá apresentar valor dos encargos atuariais não inferior ao obtido pelo método do crédito unitário.
- (C) A EFPC deve proceder ao levantamento de suas demonstrações contábeis e de sua avaliação atuarial visando à apuração do resultado do plano de benefícios, ao final de cada período semestral.
- (D) Após a apuração do resultado do plano de benefícios, a EFPC deverá considerar, entre outras determinações, a satisfação das exigências regulamentares relativas ao custeio do plano, mediante o uso de modelos e critérios consistentes e a adequada precificação dos recursos garantidores do plano de benefícios, levando em conta o valor ajustado ao risco para cada modalidade operacional.
- (E) Após a constituição da reserva especial, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva de contingência visando à revisão do plano de benefícios, sendo que anteriormente à destinação, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva de contingência para fins de cálculo do montante a ser destinado.

**23**

A EFPC deverá elaborar e aprovar o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite de déficit técnico acumulado, conforme fórmula estabelecida na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico.

Sobre o equacionamento de déficit, avalie as afirmações a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser superior a 10% (dez por cento) das provisões matemáticas.
- ( ) Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar essa condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.
- ( ) O valor do ajuste de precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.
- ( ) Os instrumentos contratuais utilizados para amortização de insuficiências patrimoniais que cabem ao patrocinador deverão estar à disposição da PREVIC, juntamente com as avaliações atuariais anuais, os fluxos anuais de receitas, despesas e patrimônio de cobertura, pelo período de pagamento.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) F – V – V – V.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – F – F – V.

---

**24**

A Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, dispõe, entre outros aspectos, sobre os procedimentos que a entidade fechada de previdência complementar deve observar em seus registros e avaliação de títulos e valores mobiliários.

Avalie, com base nessa resolução, se os procedimentos a seguir estão corretos.

- I. As operações de alienação de títulos públicos federais, classificados como “títulos mantidos até o vencimento”, realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da entidade quando da classificação deles na referida categoria.
- II. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à entidade devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados na categoria de “títulos para negociação” ou “títulos mantidos até o vencimento”.
- III. A capacidade financeira para manter títulos públicos federais na carteira até o vencimento deve ser analisada com base na projeção dos fluxos financeiro e atuarial e caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade, em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**25**

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem contratar auditor independente para produzir anualmente: (a) um relatório sobre as demonstrações contábeis; (b) um relatório circunstanciado sobre as deficiências de controles internos, identificadas as respectivas recomendações; e (c) um relatório para propósito específico.

Em relação à auditoria independente, conforme estabelecido na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O relatório para propósito específico é exigido apenas para as EFPC classificadas pela PREVIC no segmento S1.
- II. O relatório para propósito específico deve levar em consideração os principais processos existentes na EFPC, abrangendo aspectos relativos à governança; à avaliação e decisão de investimentos; às contingências judiciais; ao cadastro e concessão de benefícios e atuária.
- III. A EFPC, ao contratar auditoria independente, deve exigir do responsável técnico pela auditoria independente certificação específica para atuação de auditor em EFPC, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- IV. O relatório para propósito específico, em relação aos aspectos atuariais, deve tratar dos procedimentos adotados referentes à integridade do cadastro, à atualização das provisões matemáticas, ou das contas individuais dos participantes, às rotinas relativas aos pagamentos de benefícios e à conciliação contábil.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

## **PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)**

---

### **Questão 1**

---

A Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) pode ser ré em processos judiciais, incluindo tópicos como revisão de benefícios, cobrança de valores, interpretação de contratos, impostos e contribuições, entre outros.

Para a correta explicitação dos riscos envolvidos, reais ou potenciais, a EFPC deve registrar com a devida precisão as provisões contingenciais relacionadas a ações judiciais, em especial as relativas às questões previdenciais, trabalhistas e tributárias (Item 43, Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, 2021).

Com base no referido Guia, responda ao que se pede a seguir.

- A) Discorra sobre provisões e contingências passivas, incluindo aspectos de definição, registro e evidenciação de tais contas pelas EFPC.**
- B) Discuta obrigação legal e obrigação não formalizada, incluindo definições e exemplos.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

---

**Questão 2**

---

Conforme o artigo 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o resultado superavitário do plano de benefícios deve ser destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, devendo-se respeitar o limite estabelecido na Resolução e o tratamento apropriado do excedente.

Nesse contexto, considere que uma EFPC apresenta as seguintes informações relacionadas a um plano de benefícios:

- Superávit do plano de benefícios no período = R\$ 850.000,00;
- Saldo da Reserva de Contingência antes da destinação do superávit do período = R\$ 12.500.000,00;
- Valor das Provisões Matemáticas = R\$ 60.000.000,00;
- Duração do Passivo do plano de benefícios = 12 anos.

Considerando exclusivamente essas informações e o disposto na referida Resolução, responda ao que se pede a seguir.

- A) Indique os procedimentos que a EFPC deve realizar para a destinação do resultado superavitário do seu plano de benefícios.**
- B) Apresente o limite da reserva de contingência da EFPC.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

Realização

